



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2425/2024  
Data: 16/10/2024 - Horário: 09:13  
Legislativo

CRIA O PROTOCOLO DE COMBATE À MANIPULAÇÃO  
ABUSIVA DE PREÇOS - PRICE GOUGING - EM  
SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EVENTOS  
PROVENIENTES DE DESASTRES DE ORIGEM  
CLIMÁTICA NO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:**

**Artigo 1º** Institui o protocolo de Combate à Manipulação Abusiva de Preços - Price Gouging - em situações de calamidade pública e eventos provenientes de desastres de origem climática e eventos provenientes de desastres de ordem climática no Estado de Alagoas.

§ 1º Consideram-se eventos extremos para efeito desta Lei, casos de pandemias, endemias, desastres naturais, desastres decorrentes de causa humana, ou qualquer outra situação extrema que possa afetar o estado de necessidade da população, que forem reconhecidos pelo Poder Executivo Estadual e sujeitem o consumidor a práticas abusivas.

§ 2º O protocolo previsto nesta Lei não se confunde com o ato de decretação de estado de emergência ou calamidade, devendo ser realizada em ato autônomo com os requisitos específicos da presente propositura.

§ 3º A proteção prevista nesta Lei se aplica a quaisquer bens, serviços, materiais, mercadorias, suprimentos, equipamentos, recursos ou outro artigo de comércio ou locação incluindo, alimentos, água, gelo, produtos químicos, derivados de petróleo, material de construção necessários para reforço ou proteção de imóveis, produtos de primeiros socorros, além de outros a serem definidos no ato de decretação de emergência.

**Artigo 2º** Os efeitos referidos no § 1º do art. 1º, poderá se materializar através de Decreto do Poder Executivo do Estado para eventos que afetem mais de um Município, ou através de Decreto do Poder Executivo Municipal, para eventos que afetem exclusivamente a área de um Município.

§ 1º É vedada a existência de 2 (dois) decretos concomitantes, prevalecendo o decreto de maior amplitude, ainda que o Estado e os Municípios preferencialmente atuem de maneira cooperada.

§ 2º O Decreto será motivado pelas ocorrências de calamidade e estabelecerá, os seguintes requisitos:

I - a identificação do evento extremo que deu ensejo à decretação;



## **ESTADO DE ALAGOAS**

### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**

#### **GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO SOARES PEREIRA**

**II** - a área de extensão dos efeitos do decreto, se sobre todo Estado ou Município, ou apenas fração destes;

**III** - os produtos, bens ou serviços a serem objeto de proteção especial, observados os critérios mínimos do § 3º, do artigo 1º; e

**IV** - o prazo de duração dos efeitos do decreto, deve ser definido pelo Poder Executivo e a prorrogação ser motivada.

**§ 3º** O Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo competente, além de sua assinatura, poderá conter a assinatura das autoridades máximas do respectivo Órgão de Proteção ao Consumidor - PROCON e da autoridade máxima da Defesa Civil na área de abrangência.

**Artigo 3º** Sobrevindo o término dos efeitos do evento extremo antes do prazo previsto, everá ser providenciada a publicação da revogação do respectivo decreto.

Parágrafo único. A revogação do decreto de declaração de evento extremo para controle de manipulação de preços não impedirá eventual necessidade de permanência dos atos de decretação de estado de calamidade ou emergência.

**Artigo 4º** Esta Lei também se aplica tanto a casos de aluguel ou venda, durante um dos períodos referidos no art. 1º, de forma a impedir a manipulação de preços para a criação de preços abusivos.

**§ 1º** Caracteriza um preço injusto ou abusivo quando:

**I** - casos de alteração superior a 20% (vinte por cento) do preço praticado nos últimos 30 (trinta) dias, a menos que o aumento no valor cobrado seja atribuível a custos adicionais incorridos em conexão com a própria catástrofe, ou decorrente de tendências de mercado regionais, nacionais ou internacionais; ou

**II** - casos de alteração inferiores à do inciso I deste parágrafo, quando representarem uma disparidade substancial entre o preço da aquisição ou aluguel que seja objeto da oferta ou transação no momento e o preço médio pelo qual essa mercadoria ou serviço foi alugado, vendido ou oferecido para aluguel ou venda no curso normal dos negócios durante os 30 (trinta) dias imediatamente anteriores ao estado referido no art. 1º; e

**III** - O valor cobrado exceder substancialmente o preço médio pelo qual a mesma mercadoria, serviço ou similar era prontamente obtida na área impactada durante os 30 (trinta) dias imediatamente anteriores ao estado referido no art. 1º, a menos que o aumento no valor cobrado seja atribuível a custos adicionais incorridos em conexão com tendências de mercado regionais, nacionais ou internacionais, ou com a própria situação de catástrofe.



ESTADO DE ALAGOAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO SOARES PEREIRA

§ 2º Um aumento de preço aprovado pelo PROCON do ente competente para a decretação, não será considerado violação desta Lei.

§ 3º Esta Lei não se aplica:

I - as vendas por produtores artesanais da própria região atingida pelo evento extremo, ou produtos oriundos da agricultura familiar, quando para vendas no varejo de tais produtos ao consumidor final dentro da área do estado ou município de emergência declarada; e

II - as organizações religiosas, beneficentes, fraternas, cívicas, educacionais ou sociais.

§ 4º O ônus da prova da regularidade do preço praticado, em caso de questionamento judicial ou administrativo, cabe ao fornecedor ou vendedor.

Artigo 5º O Estado estabelecerá a publicidade, os meios de educativos e fiscalizatórios necessários, para a prevenção e combate à manipulação abusiva de preços.

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, EM \_\_\_\_ DE  
\_\_\_\_ DE 2024.

FERNANDO SOARES PEREIRA

Deputado Estadual



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO SOARES PEREIRA**  
**FUNDAMENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ 2024**

Nobres pares, submeto o presente Projeto de Lei a apreciação de V. Exas., o qual tem como objetivo criar o Protocolo de Combate à Manipulação Abusiva de Preços - Price Gouging - em situações de calamidade pública e eventos provenientes de desastres de origem climática no Estado de Alagoas.

Na última década, o país atravessou eventos extremos, desde pandemia mundial, como inundações, estiagem extrema e eventos externos, como rompimento de barragens.

Eventos desta magnitude estimulam, ou deveriam estimular tão somente a solidariedade e os espírito de união de povos. Entretanto, infelizmente observamos com maior frequência, casos de exploração de preços e a busca incessante, insana e cruel por lucros exorbitantes em itens de primeira necessidade. Em períodos de eventos extremos abate-se sobre a localidade afetada uma escassez de produtos e serviços. E, com base neste momento, fornecedores de bens e serviços podem maliciosamente alterar os preços dos produtos já à disposição; ou seja, produtos que não foram sequer afetados em sua aquisição por qualquer efeito do evento extremo.

Os sistemas jurídicos de diversos países, mesmo os mais liberais e mais capitalistas, possuem legislação apropriada para o combate ao price gouging, ou, em português, a manipulação de preços, quando os varejistas e outros aproveitam os picos de demanda cobrando valores exorbitantes por produtos de primeira necessidade. E essa vergonhosa prática não é apenas no Brasil. Trinta e sete estados [americanos], além de países como Porto Rico, possuem estatutos ou regulamentos que definem a manipulação de preços durante um período de desastre ou emergência. Na maioria dos estados, a manipulação de preços é definida como uma violação da Lei de práticas comerciais injustas ou enganosas, que são combatidas com penalidades criminais por violações de preços exorbitantes.

O Código de Defesa do Consumidor possui um dispositivo desde a década de 1990, que tem sido o insuficiente e, até mesmo, inapropriado para o caso. Inapropriado por ver o fenômeno do price gouging de forma incompleta, uma vez que não atinge necessariamente uma relação de consumo, mas, muito mais, uma questão que envolve a sociedade como um todo.



**ESTADO DE ALAGOAS**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**

**GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO SOARES PEREIRA**

A esse propósito, é importante ressaltar que a Constituição Federal em seu art. 24, inciso V, determina que a competência para legislar sobre consumo é concorrente entre a União e os Estados, o que torna o presente Projeto de Lei totalmente constitucional, sem qualquer vício de iniciativa.

Assim sendo, diante da importância do mecanismo de controle dos preços tratado na propositura em tela, rogo, dada a relevante importância da presente propositura, o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ, \_\_\_\_ DE  
\_\_\_\_ DE 2024.**

**FERNANDO SOARES PEREIRA**

Deputado Estadual